

Importância do tema aumenta à medida que 2002 se aproxima

Incertezas em relação à sucessão poderão fazer com que mercado peça taxas mais elevadas

A discussão sobre a condução da política de dívida pública deve ganhar mais importância à medida que a eleição de 2002 se aproximar. Como há incertezas em relação à sucessão presidencial, as dúvidas sobre a continuidade da política econômica poderão levar o mercado a pedir rendimentos mais elevados para comprar títulos prefixados que vençam a partir de 2003. Os partidos de oposição, porém, asseguram que não pretendem quebrar contratos ou promover a renegociação compulsória da dívida. O tema interessa diretamente a toda pessoa que participa de um fundo de pensão ou tem dinheiro em um fundo de investimento, uma vez que a maior parte dos recursos dessas aplicações está investida em títulos públicos.

O secretário-adjunto do Tesouro, Rubens Sardenberg, admite a possibilidade de que o mercado exija taxas um pouco mais altas para comprar títulos prefixados que vençam depois de 2002, mas entende que o prêmio não deve ser exagerado. "Alguns avanços obtidos nos últimos anos, que eu ousaria chamar de institucionais, como a política de metas inflacionárias, a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, o processo orçamentário mais confiável e o ajuste das contas públicas, reduzem o espaço para alguma aventura, para uma ruptura nas re-

gras do jogo", afirma ele. Por conta disso, Sardenberg acredita que o maior temor do mercado diz respeito a uma eventual mudança na gestão da política econômica, e não a um possível não-pagamento da dívida.

As palavras de integrantes da oposição parecem confirmar a impressão de Sardenberg. O principal assessor econômico do PT, o professor da FGV Guido Mantega, garante que, num eventual governo petista, o alongamento da dívida será feito no mercado. "Não há outra saída." Ele critica, porém, a velocidade com que o alongamento da dívida é realizado pelo governo atual. "O PT ofereceria atrativos para quem aplicasse no longo prazo, por meio da redução mais agressiva dos juros de curto prazo", afirma ele. Segundo

Mantega, a queda mais forte das taxas aumentaria o apetite dos investidores por papéis prefixados de prazo mais longo. "Com um maior crescimento da economia, a arrecadação aumen-

ta e as contas públicas melhoraram, elevando a confiança do mercado."

O senador Roberto Freire (PE), presidente do PPS, o partido de Ciro Gomes, também diz que não pretende fazer nenhuma renegociação compulsória da dívida pública. Segundo ele, ao assumir o governo, o PPS pretende convocar o mercado financeiro – inclusive os fundos – para discutir o alongamento da dívida. Se não houver acordo, não há problema, diz Freire. O processo então seria conduzido como faz o governo atual. "Não haverá quebra de contrato." (S.L.)

 POSIÇÃO
REJEITA
QUEBRA DE
CONTRATOS